

Editorial

A conjuntura hoje está ainda mais difícil do que no ano de 2016. Além da continuidade de projetos anteriores, temos ataques ainda mais agudos do que os de todos os governos anteriores das duas últimas décadas. E tudo isso sem qualquer legitimidade, orquestrado por um golpe que visa exatamente promover durante esses dois anos o que não seria possível debater em um processo eleitoral.

É preciso que comecemos a reconhecer que devemos lutar contra estes ataques a partir da premissa: Chega de Golpes no direito dos Trabalhadores/as.

Precisamos entender o momento que vivemos e os obstáculos que se avolumam a nossa frente. Não podemos mais ficar na dicotomia dos bons e maus, da direita e da esquerda, dos revolucionários e governistas... precisamos retomar às práticas de um Sindicato Classista, que represente a sua base e não interesses de fora da estrutura e da linha sindical.

Devemos repensar melhor o que vem acontecendo nos fóruns da nossa Entidade e permitir que a unidade possa realmente ocorrer.

Estamos deixando de construir a mobilização da nossa base, a partir da cartilha e do calendário de outras instâncias do movimento que não foram às escolhidas pela categoria. Acabaremos por perder nosso poder de mobilizar a categoria, que não se referencia mais no nosso Sindicato Nacional e sim nos interesses locais ou regionais na hora de construir ou deflagrar a luta e o nosso movimento.

Face ao avanço do projeto neoliberal que se impõe via PLs como PLC 54/16 (Renegociação

de dívidas dos Estados), PECs como a 287/16 (Reforma da Previdência), ou as que já foram aprovadas, a toque de caixa, precisamos construir uma mobilização na nossa base que possa se apresentar como alternativa da categoria e não dos interesses de quem acha que detém a sabedoria ou a expertise sindical para dizer o que está certo ou errado ou qual o caminho a seguir. O SINASEFE precisa voltar a ser o aglutinador das lutas da categoria e representar os interesses da base e

promovida pelos três poderes da república.

Para nós que militamos nas trincheiras da educação, as coisas são ainda piores. Somos alvo escancarado desse governo, a prova disso está nas suas propostas de Reforma do Ensino Médio (aprovada no Senado); proposta de Lei da Moradia, PL 867/16, seus similares nos municípios e estados, bem como seu complemento pelo PL 1411/15 (tipifica o crime de assédio ideológico cujo sujeito ativo – aquele que comete o crime – é



não de outras esferas da luta.

Não podemos ignorar que estamos sob as vestes de um golpe de estado, promovido exatamente para implementar de maneira mais radical a retirada dos direitos dos trabalhadores/as. Devemos entender que com o golpe promovido na democracia, a direita não só conseguiu implementar sua chegada, sem voto, ao poder, mas também conseguiu impedir que seus atores pudessem se ver questionados por corrupção e continuar promovendo todas as ações ilegais e irregulares a partir de uma legalidade sazonal

o/a professor(a), enfim medidas e leis que violam os princípios de uma educação libertadora e precursora de mudança social, deixando os educadores e educadoras de mãos atadas.

Na nossa próxima PLENA devemos estar atentos para o debate de qual caminho a seguir. Precisaremos deixar de lado as picuinhas e reconstruir nosso caminho até a base, pois em 2017 teremos que enfrentar uma Reforma da Previdência e a Reforma do Ensino Médio, frutos inclusive da recém aprovada PEC 55 (do fim do mundo).

SINASEFE e a defesa da Previdência



Participamos no último 31/01 da chamada do Conselho da OAB as suas 27 seccionais da Ordem, dentre diversas outras entidades representativas da sociedade civil no debate sobre a proposta de reforma da previdência estabelecida na PEC 287/16. Nesta oportunidade as entidades cobraram uma posição da OAB sobre a PEC 287/16. Foi consenso que esta reforma é draconiana, trata-se de uma reforma para excluir os direitos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras e representa um verdadeiro retrocesso inclusive ao desenvolvimento prometido pelo Capital. No entanto, não houve consenso entre as entidades sobre que metodologia seria aplicada ao

seu combate: repúdio total a PEC287/16. Apresentação de substitutivo e/ou emendas? Este último na tentativa de deixar menos pior o soneto. A proposta que visa acabar com o direito à aposentadoria imposta de modo aligeirado sem qualquer debate com o conjunto da sociedade, e especialmente com o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras deve ser rechaçado e todos os esforços de mobilização (debates, panfletagem, campanha na mídia, etc.) e conscientização dos prejuízos causados pela reforma, bem como uma auditoria da previdência e da dívida pública devem ser encaminhadas. Uma primeira iniciativa conjunta foi a apresentação de Carta Aberta contra a proposta

de reforma da Previdência de Michel Temer. Mais detalhes: <http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2017/02/01/carta-aberta-contra-reforma-da-previdencia-pec-2872016/>

O SINASEFE cumpre o papel ao estabelecer em sua 147ª Plena esse debate via realização de GT's e 148ª Plena que ocorrerão entre 16 a 19 de fevereiro corrente. Além, de considerarmos importantíssima a participação de nossa base nas reuniões na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados onde está sendo criado um Fórum nacional contra a reforma da previdência, e das atividades de outros Fóruns de Servidores Públicos direcionados a esta pauta.

Ponto eletrônico x acordos de reposição/negociação

Fizemos uma pesquisa junto às Seções Sindicais para sabermos como estão ocorrendo os controles de frequência e a negociação para reposição dos dias e trabalhos suspensos. Conseguimos parcialmente al-

gumas respostas. Não conseguimos sintetizá-las completamente ainda. Mas já podemos sinalizar com o recrudescimento do Controle Eletrônico do Ponto nas IFEs, bem como a tentativa de criminalização da atuação

sindical, utilizando a reposição como um mecanismo de punição a quem participou da greve.

Precisamos de uma campanha na base para não permitirmos que isso continue ocorrendo normalmente.

BOLETIM DO PLANTÃO DO SINASEFE

Diretoras responsáveis: Cátia Cilene Farago e Alice Gomes

SINASEFE participou de atividade de panfletagem



O FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais dentre seus encaminhamentos orientou a participação e envolvimento das entidades que o compõe em atividade de panfletagem no aeroporto Juscelino Kubistchek, em Brasília, entre os dias 31 de janeiro e 02 de fevereiro. A coordenação na primeira semana de seu plantão representou o SINASEFE nessa atividade para pressionar deputados e senadores contra a aprovação da proposta de “Reforma” da previdência (PEC 287/16). Várias entidades se fizeram presentes como a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Margaridas (Contag), Fenajufe,

Sindjus, Fasubra, entre outras. Além, de informar aos passageiros que chegavam a Brasília e de lá se deslocavam, a iminente necessidade de lutar contra esta “reforma da previdência”. Durante o ato foram distribuídos folhetos com dez motivos para lutar contra a reforma da Previdência. Entre os pontos questionados no panfleto está a idade mínima de contribuição, 65 anos, e o prazo mínimo de contribuição 49 anos. Momento importante de abordagem à sociedade para esclarecimentos e pressão aos parlamentares que o SINASEFE orienta às suas bases realizarem nas salas de embarque dos aeroportos de seus respectivos estados.

SINASEFE SE REÚNE COM O COLETIVO JURÍDICO DA FASUBRA PARA DEBATER O CENÁRIO POLÍTICO DE CONCESSÃO DE REGISTRO SINDICAL A ATENS

Em reunião dia 02/02 o SINASEFE respondeu ao convite formulado pela Fasubra para analisarmos o cenário que envolve a concessão do registro sindical a ATENS. Vários sindicatos se fizeram presente com sua assessoria jurídica e houve um profundo debate sobre que medidas administrativas, judiciais e políticas deveriam ser realizadas. No plano político ficou evidente a necessidade de debate nas bases sobre as lutas históricas travadas pela Fasubra e pelo SINASEFE e o contexto que envolve a criação da ATENS. Em especial reafirmamos a construção da carreira única do SINASEFE que engloba técnicos e docentes, e nossa disposição de unidade face a tentativa de desmonte e fragmentação do Governo às organizações dos trabalhadores e trabalhadoras. O mote dividir para governar nunca foi tão utilizado e tem assegurado o surgimento de inúmeras organizações/sindicatos pelegos que contribuem inclusive nesse processo de retirada de direitos do conjunto da classe trabalhadora. O SINASEFE na seara política compreende ser este debate necessário e urgente para fortalecimento da categoria sendo ainda, a luta conjunta nossa maior arma às tentativas de ataques à classe trabalhadora. Este plantão também encaminhou ofício 025/DN/SINASEFE/2017 ao Ministério do Trabalho solicitando audiência para tratarmos da ofensa ao princípio da unicidade sindical que tal concessão representa. Na seara jurídica ficou evidente a necessidade de parceria entre as assessorias das entidades presentes.

AGENDA DE LUTAS

16/02 e 17/02 - GT's - SINASEFE

18/02 e 19/02 - 148ª Plena SINASEFE

22/02 - Ação em Brasília (DF) nos aeroportos/Congresso Nacional para pressionar os deputados federais a não aprovarem as contrarreformas da Previdência e Trabalhista. O mesmo deverá ocorrer nos estados através dos comitês unitários.

Dia de lançamento da Campanha Salarial 2017 dos SPF's com protocolo da pauta no MPOG, Congresso Nacional e demais órgãos do governo.

08/03 - Dia internacional de luta da mulher trabalhadora e Dia Nacional de Luta contra a Reforma da Previdência na perspectiva da construção da Greve Geral.

15/03 - Dia Nacional de Lutas com greves e mobilizações, com fortalecimento da Campanha Salarial 2017 dos SPF's nos estados, na perspectiva da construção da Greve Geral.

Próxima reunião do FONASEFE será no dia 21 de fevereiro, às 9 horas na sede da FENAJUFE.

ESP X Reforma do Ensino Médio

"ESCOLA LIVRE" EM ALAGOAS



O SINASEFE entre o “bem e o mal”. Foi assim que os defensores do Projeto Escola Sem Partido – Luis Lopes Diniz Filho (UFPR) e Bráulio Tarcisio Porto de Matos (UNB), caracterizaram a atuação dos professores em sala de aula na audiência pública da Comissão Especial realizada em 07/02, destinada a proferir parecer ao projeto de Lei nº. 7180/2014 do Sr. Deputado Erivelton Santana (PEN-BA) que visa a precedência das convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, em detrimento da liberdade de cátedra e de expressão dos docentes. Em defesa de uma Escola Sem Mordaça, o pedagogo Toni Reis (UNINTER) apresentou um quadro geral do Brasil nos últimos anos quanto as desigualdades entre homens e mulheres e também a necessidade de combatermos à homofobia, à transfobia e a violência contra mulheres, gays, lésbicas, transgêneros e transexuais. Já o Professor Fernando Penna (UFF), ressaltou a contradição expressa neste projeto que expressa a tentativa de impedir o professor de realizar discussões

mobilizou milhões de estudantes nos movimentos de ocupação pelo Brasil. Essa reforma não dialogou com os estudantes, professores ou mesmo com a sociedade, foi imposta e tem relação direta com as demais reformas em curso. Entre as alterações estão o aumento da carga horária das atuais 800 horas anuais para 1.000 horas e divide o currículo entre conteúdo comum e assuntos específicos de uma das áreas que o aluno deverá escolher entre linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica. Sem qualquer pretensão de aprofundar o debate, mas a título de informação, permanecem como obrigatórias nos três anos do ensino médio as disciplinas de Português e Matemática, assegurado às comunidades indígenas o ensino de línguas maternas. O texto reincluiu como disciplinas obrigatórias Artes e Educação Física que estavam excluídas no texto original da MP. O espanhol não será mais obrigatório ao contrário do inglês, este último a partir do sexto ano do ensino fundamental. Já as disciplinas de Filosofia e Sociologia, que tinham sido excluídas pelo Poder Executivo, passarão

importantíssimas, bem como destrói o caráter educativo de escola. Reafirmou o caráter inconstitucional de tal proposta que afronta a nossa Constituição Federal. Senão bastasse o plenário do Congresso estar lotado de “bolsominions”, após o término da audiência o Senado Federal aprovou ontem 08/02 a Reforma do Ensino Médio (MP746) que

a ser obrigatórias apenas na Base Nacional Curricular Comum – BNCC, assim com Artes e Educação Física. Quanto aos métodos de ensino, o texto retoma e reformula trecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9.394/1996) para estipular que as redes de ensino organizarão os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e de formação, de maneira que o discente demonstre domínio dos princípios científicos e tecnológicos da produção moderna e o conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. Para além de apresentar o projeto aprovado pelo Senado que segue para sanção do desgoverno de Temer o SINASEFE tem a tarefa árdua de estimular à categoria dos trabalhadores em educação compreender, debater e levantar as implicações de um projeto “imposto”, portanto, antidemocrático em sua essência, seus reais interesses escusos, suas implicações diretas à Rede Federal no que tange a educação técnica e profissional. Informações mais completas: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/14/politica/1481746019_681948.html. Sem sombras de dúvidas tanto a Lei da Mordaça, PL 867/15, seus similares nos municípios, estado e na esfera federal, bem como seu complemento PL 1411/15 (tipifica o crime de assédio ideológico cujo sujeito ativo – aquele que comete o crime é o professor), e a “Reforma do Ensino Médio” violam os princípios de uma educação libertadora e precursora de mudança social e servem como mote para nos deixar de mãos atadas. Resistamos e lutemos. Levantemos nossa voz contra o “Escola Sem Partido”, a “Reforma do Ensino Médio” e todos os ataques aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.